

SESSÕES DO PLENÁRIO

42ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de maio de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há sobre a mesa um requerimento:

(Lê) *“Exmº Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.783/2014, Projeto de Lei nº 20.785/2014, Requerimento de Urgência nº 8.166/2014 para o Projeto de Lei nº 20.839/2014, Requerimento de Urgência nº 8.167/2014 para o Projeto de Lei nº 20.840/2014, Projeto de Lei nº 20.811/2014, Mensagem nº 4.876/2014, todos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2014. ”

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 22 e 28/04/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Inaldo Araújo, dando conhecimento da Moção de Pesar, de iniciativa conjunta do Exmo. Sr. Vice-Presidente Gildásio Penedo Filho e do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Antônio Honorato, pelo Falecimento do Ilmo. Sr. Jornalista Ivan Lemos de Carvalho, articulista político do Jornal Tribuna da Bahia.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra à deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Deputado Adolfo Menezes, que ocupa a presidência desta sessão, Srs. Deputados, minhas queridas taquígrafas, ouvintes da *TV Assembleia*, presentes às Galerias Paulo Jackson, funcionários da Casa, nesta tarde venho aqui expor a todos deputados e deputadas um problema existente no pedágio que fica no município de Mata de São João, a 800 metros da minha querida cidade de Pojuca. Ao redor dele, mais de 500 pessoas residem no Alto da Bela Vista, um bairro sem escolas e postos de saúde.

Para irem e virem, elas, apesar de pagarem seus impostos, como o IPVA, respeitando a Constituição Federal, têm de pagar também pela ida e vinda dos estudantes que vão para Pojuca estudar num colégio de Segundo Grau e Primário. Há quem tenha comércio. Esses comerciantes vão fazer feira em Pojuca e têm de pagar para ir e voltar. Isso sem falar no Restaurante Rolf. As pessoas que residem na cidade - não digo a totalidade, mas uma boa parte delas - almoçam lá, um local que fica no entorno de três mil metros.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputada Fátima Nunes, que também sabe o que estamos passando no município! Não é possível que Mata de São João, onde é sediado o pedágio, receba R\$ 2 milhões e fração por ano pela cobrança, enquanto os transeuntes de Pojuca, cuja Prefeitura está a 800 metros dele, Sr. Presidente, têm de pagá-lo na ida e volta!

Existe um problema dentro do município, e a comunidade toda está revoltada.

Mas revoltada a ponto de fazer vários eventos. Inclusive a deputada Luiza Maia participa deles. Realmente é um absurdo o que está acontecendo, e vejam que essa reação é um movimento do povo. No domingo passado eu estava lá, houve uma carreata e foram impressos mais ou menos cinco mil panfletos contra o pagamento do pedágio. Os manifestantes se reuniram pacificamente, mas iam para arrebentar o pedágio.

Sou contra a destruição do patrimônio público ou privado porque acho que a democracia existe. Tenho de ter entendimentos, porém é um absurdo o que estamos vendo! A Litoral Norte diz que é a Agerba, e a Agerba diz que está esperando o prefeito mandar a relação. Nada se decide! A minha interferência foi apenas para que não depredassem o pedágio e não houvesse tumulto, porque geralmente, quando há tumultos, quem vai preso é o povo da comunidade. Foi uma passeata pacífica, mas providências precisam ser tomadas. Providências!

Vou ao governo do Estado falar com o governador Jaques Wagner para interferir e tomar providências junto à Agerba e à Litoral Norte, se é ela. Nós não vamos mais tolerar isto! Não é possível que uma coisa destas continue! Paga-se o IPVA para ir e vir, um direito que está na Constituição! E ainda estamos a sofrer com um problemas destes, que vai e vem! Preciso responder à comunidade de que sou representante e onde tenho a maior votação, pois já fui prefeita de Pojuca por três mandatos, além de ter também um mandato de vereadora. Então não vou suportar esta situação em hipótese alguma! Espero que o problema seja resolvido.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, meu querido presidente Adolfo Menezes, deputado Carlos Geilson, neste final de semana no município de Itaju do Colônia participei de uma assembleia com a população. Pela quantidade de pessoas que estava lá, pelo menos 1/3 dela estava presente, uma vez que na demarcação das terras para a comunidade indígena naquela região foram destinados pela União, através de estudo da Funai, 54 mil hectares. Desses, 29 estão dentro da sede da cidade com a ocupação já feita pelo povo e as casas registradas em locais que têm escola e posto de saúde.

Então nós fizemos um debate no sentido de sensibilizar a União e a Funai, até porque os caciques da comunidade indígena reconhecem que aquela área urbana já é ocupada e não está no centro da reserva, mas inclusive na sua ponta. São 29 hectares, uma área extremamente pequena em relação aos 54.000 do tamanho total da reserva.

Por isso, quero aqui colocar o assunto aos parlamentares para que possamos assumir a posição de garantir que esta área de 29 hectares permaneça para o município de Itaju do Colônia porque, se forem retirar as 2.000 famílias que estão com as suas casas construídas nela, vamos ter um conflito muito grande entre a comunidade indígena e o povo pobre que a ocupa.

O governador Jaques Wagner, sobre isto, tem um posicionamento: entende também que é preciso rever esse ponto para que possamos em harmonia fazer estes vizinhos, a comunidade indígena e a população de Itaju do Colônia, permanecerem na paz. Afinal, é inadmissível manter uma posição daquelas! Pela definição da Funai, esses 29 hectares devem ser desocupados. Isto é realmente inadmissível para uma população que já vive há mais de 30 anos naquela área da cidade.

Hoje, Sr. Presidente, vamos debater neste Plenário a ampliação do nosso Centro Industrial de Aratu, que se estende até a área de Simões Filho. E o governo manda para esta Casa um projeto para aprovarmos isso. Então quero pedir a anuência da Oposição, dos deputados Gaban, Carlos Geilson e Leur Lomanto. Da mesma maneira que aprovamos aqui, deputado Carlos Geilson, a ampliação do Centro Industrial de Feira de Santana, precisamos aprovar também a do Centro Industrial de Aratu com o objetivo de atrair novas empresas para que possamos ampliar o desenvolvimento do nosso Estado.

Tenho convicção de que vamos votar essa matéria por consenso, porque é do interesse da população baiana que venhamos a atrair novos empreendimentos para gerarmos emprego e renda para ela.

Além deste debate, hoje faremos também o do Estatuto da Igualdade Racial. Quero parabenizar o deputado Bira Corôa, que tem feito várias discussões sobre esta questão. Tenho a convicção de que aprovaremos igualmente por consenso o projeto, com dispensa de formalidades. Até ouvi o deputado Elmar dizer que já tinha se comprometido em que fizéssemos isso aqui, para garantir que tenhamos uma regulação quanto à capacidade do Estado de dialogar e fazer valer a igualdade dos seres humanos na formação da sociedade baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o professor José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, pessoal das Galerias e dos gabinetes, trago aqui com muita alegria o registro da presença do governador Jaques Wagner nesse final de semana, no sábado, no Vale do Rio Gavião visitando-o, levando obras e festejando com o povo de

Caraíbas um projeto extraordinário: o do pré-rastreamento do câncer de mama, abrangendo a proteção e o controle desta patologia nas mulheres de 39 a 50 anos. Este programa já está sendo desenvolvido em vários municípios da Bahia. São mais de 150 mil mamografias feitas.

Lá nos municípios de Caraíbas e Maetinga, S.Ex^a com toda a sua equipe da Saúde, visitou aquele município. Também na cidade de Maetinga e na cidade de Jânio Quadros, onde o governador esteve em seguida, inaugurou uma rodovia que liga o município de Jânio Quadros, passando por Maetinga, à Vila Mariana, que leva a ligação de Brumado a Vitória da Conquista e à BR-030.

Esteve presente também de uma comitiva de deputados, entre os quais o destaque especial foi o nosso presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo que lá esteve, e que é votado naquela região. Aliás, o nosso presidente é votado em toda a Bahia. Ele foi bem recebido lá em Jânio Quadros, junto com a comitiva do governador, lideranças políticas regionais, prefeitos, prefeitas, vereadores.

Constatamos realmente que essa administração, apesar de todas as dificuldades e da crise mundial, não para. Após o ímpeto que tivemos nos últimos 10 anos, o Brasil continua crescendo, a Bahia continua crescendo. E os resultados vimos lá na região do Vale do Rio Gavião e do Vale do Rio do Antônio, com a presença efetiva do nosso governo.

Além do rastreamento para prevenção do câncer de mama e da inauguração de estradas, foram assinados alguns convênios importantes com as prefeituras para construir praças, melhorar os aspectos urbanísticos daquelas cidades. Foram contemplados ainda, evidentemente, todos os projetos implementados na região, de infraestrutura hídrica, com abertura de poços artesianos, extensão das redes da Embasa, construção de sistema simplificado de água da CERB e melhorias das estradas vicinais. Então, Sr. Presidente, foi uma grande presença a do governador Jaques Wagner, que foi comemorada por toda a população simples.

Aonde o nosso governo chega, sobretudo nas regiões do Semiárido, é festejado, porque foi o governo que mais trabalhou na história recente da Bahia pelo povo simples e pobre. Além da presença do governo naquela região, estaremos no próximo final de semana em Vitória da Conquista, recebendo a comitiva do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, discutindo as premissas, as grandes demandas da região, para a elaboração do plano de governo participativo do companheiro Rui Costa.

O Sudoeste da Bahia está com um novo aeroporto em Vitória da Conquista. Foi investido quase R\$ 1 bilhão no programa Minha Casa, Minha Vida em toda a região. Temos o *campus* da Universidade Federal da Bahia em Vitória da Conquista – *Campus* Anísio Teixeira –, e iremos batalhar e lutar pela Universidade do Sudoeste. Já estão lá a duplicação da BR-116 e a Ferrovia Oeste-Leste. Haveremos de colocar nesse plano de governo participativo o campo da mineração e outras demandas sociais, como o fortalecimento da agricultura familiar, mas, sobretudo, o compromisso do companheiro Rui Costa, do senador Otto Alencar e do vice-

governador João Leão com uma agenda de prosperidade para levarmos ao interior da Bahia o desenvolvimento econômico-social que já vivenciamos em Salvador historicamente, e que Wagner retomou agora.

Salvador está recebendo mais de R\$ 8 bilhões em obras. Por isso, eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, que haveremos de ter o reconhecimento da Bahia inteira. O que o sertão já reconhece Salvador vai reconhecer em Wagner, o verdadeiro padrinho desta cidade. Porque a cidade estava abandonada. Agora, não. Wagner olhou, Dilma olhou, Lula está apoiando e o povo vai consagrar o companheiro Rui Costa nas urnas em outubro como futuro governador da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, em especial o Líder da Oposição e o Líder do Governo, antes de passar a palavra ao próximo orador, quero dizer que existem três vagas, duas do Tribunal de Contas do Estado e uma do Tribunal de Contas dos Municípios. A Assembleia Legislativa indicará os nomes para as duas vagas do Tribunal de Contas do Estado e a do Tribunal de Contas dos Municípios quem indicará é o governador do Estado, mas é óbvio que tem que passar pelo Plenário.

Gostaria de comunicar à Casa que as inscrições para as duas vagas do Tribunal de Contas do Estado estão abertas a partir deste momento e serão encerradas na próxima segunda-feira, às 18 horas, por que às 18 horas? Porque na terça-feira de manhã, já acertei com o presidente do Tribunal e com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça para fazer as sabatinas.

Os candidatos para as duas vagas serão sabatinados na próxima terça-feira. Se o candidato for sabatinado e passar na Comissão, na quarta-feira colocarei para votação. Então as inscrições para as duas vagas estão sendo iniciadas - o deputado João Bonfim foi o único inscrito, até agora. Quem quiser se inscrever, poderá fazê-lo até as 18h da próxima segunda-feira.

Quem pode solicitar? Vinte por cento dos deputados - quem assinar em uma lista não poderá assinar na outra, a Mesa Diretora e o presidente. São esses três requisitos para disputar a vaga do Tribunal de Contas do Estado - são duas vagas. Então a programação é a seguinte: Repito. As duas vagas são diferentes. Quem assinou para uma vaga pode assinar a outra vaga para outro conselheiro. Quem assinar na de Filemon Matos, é óbvio que não poderá assinar na de Zilton.

Vou repetir. Concluindo. Às 18h da segunda-feira as inscrições serão encerradas. A partir de agora as inscrições estão abertas.

O Sr. Adolfo Menezes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, quem assinou na lista inicialmente pode

retirar o nome?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não pode retirar porque já foi publicado. Pelo Regimento quem assinou, infelizmente, não pode retirar a assinatura.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, que arrependimento!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Geílson V.Ex^a como Líder da Oposição neste momento, apesar de que já comuniquei o fato ao Líder deputado Elmar, estou formalizando a comunicação aqui no plenário.

Até segunda-feira às 18h. Às 18h01 não aceitaremos mais inscrições, porque na terça-feira pela manhã os candidatos terão que ser sabatinados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geílson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez quero alertar ao deputado Zé Neto sobre a situação da Avenida Noide Cerqueira na querida Feira de Santana.

Já estive nesta tribuna, deputado, para cobrar o entroncamento da Avenida com a BR 324. Sabedor V.Ex^a que necessário se faz a construção de um viaduto para fazer esse entroncamento.

O Sr. Zé Neto:- O projeto já está terminando.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O projeto está terminando, mas a Avenida não pode ser inaugurada sem o viaduto, deputado, devido o risco de acidente, pelo perigo que representa, meu caro Itamar Ribeiro, que é de Feira de Santana e sabe que para a BR 324 ser entroncada com a Noide Cerqueira, é necessário a construção do viaduto logo, imediatamente, para que acidentes não ocorram. Há um perigo iminente esse entroncamento sem o viaduto. O deputado Zé Neto alega que está em fase de conclusão o projeto do viaduto. E a nossa cobrança é que esse viaduto seja construído de imediato, porque a avenida está bem próxima da sua conclusão e o projeto ainda está em fase de confecção. Obviamente que ao ser construído será depois do entroncamento, e estamos alertando para que acidentes sejam evitados.

Eu quero rememorar aqui no dia 20 de abril o secretário de planejamento do governo da Bahia, José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, disse ao *Estadão*: “Dilma Rousseff não pode fugir da sua responsabilidade na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.”

Foi um alvoroço dos pecados. Aqui o governador Wagner, da Bahia, chama Sérgio Gabrielli, puxa a orelha; Lula, Luís Inácio, puxa a orelha de Gabrielli, e eis que Gabrielli hoje irá depor na CPI da Petrobras. Ele sofre de amnésia, ele esqueceu o que disse na entrevista ao *Estadão*. Disse que Dilma não tinha conhecimento, não sabe de nada, não viu nada e que não tem responsabilidade nenhuma. Esse pessoal mente demais. É especialista na mentira. Se ele quisesse poupar a presidente, não

desse entrevista ao *Estadão*.

Então, deputado Zé Neto, V.Ex^a tem que alertar esse pessoal, colocar o dispositivo de mentira, porque hoje o Sérgio Gabrielli na CPI da Petrobras fez um papelão. Que coisa ridícula! Faz um mês exatamente que ele disse que Dilma tinha conhecimento e não poderia fugir da responsabilidade na compra da refinaria, hoje diz o contrário. Em um mês ele mudou o seu depoimento, mudou o seu conceito, mudou de ideia.

É esse cidadão que é o secretário de planejamento do governo da Bahia? É esse cidadão, deputado Luciano Simões, que vai tirar do papel a ponte Salvador/Itaparica? Ah, me faça uma garapa! Pelo amor de Deus! José Sérgio Gabrielli, que vergonha! É por isso que ele foi limado, é por isso que ele não foi o candidato do governador, porque ele não consegue sustentar uma tese, em menos de um mês ele já mudou.

Bom, quem disse que a Dilma tinha conhecimento, hoje presidente da República, do fracasso dessa compra da refinaria nos Estados Unidos foi o atual secretário de planejamento, então presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. É o mesmo Sérgio Gabrielli que deu entrevista ao *Estadão* e hoje diz na CPI que a presidente Dilma Rousseff não sabia de nada. Disse pessoalmente, desbragadamente.

Deputado Rosemberg, que é amigo de Sérgio Gabrielli, compre um remedinho para memória porque ele está desmemoriado, ele está sofrendo de amnésia. Pelo amor de Deus! Agora, vou acreditar no Sérgio Gabrielli que deu entrevista no *Estadão* ou no Sérgio Gabrielli que tomou esporro de Wagner, de Lula e de Dilma e que mudou de ideia? Devo acreditar em quem, excelência? Se eu acreditar nos dois quem vai ficar pirado sou eu.

Concluo o meu pronunciamento, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, deputado Rosemberg, eu queria mais uma vez parabenizar, deputada Luiza Maia, o governador Wagner pela inauguração, que já é um sucesso, da Ceasinha do Rio Vermelho, coisa que já era para ter sido feita há muitos e muitos anos por outros governos, copiando o que a gente vê em quase todos os países, em capitais de outros países, que é um secesso, como o Mercado Municipal de São Paulo, como o mercado de Barcelona, o de Santiago, no Chile... Então, não sei porque outros governos não copiaram, porque não é demérito nenhum copiar, e só o governador Wagner veio fazer mais essa realização.

Ontem, Srs. Deputados, para ajudar o gestor municipal, o prefeito da cidade de

Salvador, o governador vai destinar mais de R\$ 170 milhões para contenção de encostas aqui na nossa capital, uma obrigação do gestor municipal, mas o governador, que está praticamente fazendo tudo aqui na capital, deu mais essa mãozinha. Nenhum outro governador da nossa história investiu ou está investindo na capital – são mais de R\$ 9 bilhões, um volume jamais visto em alguma administração do nosso Estado.

Todos aí estão vendo a quantidade de viadutos aqui na Paralela; a Avenida Pinto de Aguiar com três pistas de cada lado, com pista para ciclista, para pedestres; a Avenida Gal Costa; essas avenidas transversais, que vão ligar o subúrbio, a BR, à praia, coisa que hoje se teria que ir ao centro da cidade para voltar para a praia, perdendo-se muito tempo, portanto, dando condições à população de bairros periféricos da nossa capital de frequentar essa orla, ou melhor, as praias, porque não posso dizer orla tão bonita, mas, sim praias tão bonitas da nossa Salvador.

Então, é o legado que esse grande governador, o governador Wagner tem deixado para a Bahia que, infelizmente, pelo tipo de política que ainda é feita no País, ainda ouvimos a Oposição querer menosprezar e dizer que o governador não trabalha. É claro que muitas obras ainda precisam ser feitas, até porque o nosso Estado, um dos maiores Estados do País, Estado que é maior do que muitos países do mundo, ainda precisa de muita coisa. O governador, que, no final do seu governo, vai chegar a 8.500 quilômetros de estradas de qualidade recuperadas. Recuperadas não, refeitas. O governador que trouxe mais quatro universidades federais para a Bahia, depois de décadas com uma só, a UFBa. A Bahia hoje tem cinco universidades federais. A Bahia que tinha quatro escolas técnicas, deputado Luciano, e hoje tem mais de 30; a Bahia onde foi construída vários hospitais – mesmo tendo problema hoje de internamento de UTI, a população cresce num volume muito maior do que os leitos. O governador que implantou o Água para Todos, que levou água para milhões de baianos. Então, esse é o legado do governador Jaques Wagner.

O governador, pelo lado imaterial, que trata todos sem distinção, com respeito, quer que seja a Oposição quer que seja a Situação. Um governador que escolheu um ex-colega nosso, deputado Gildásio Penedo, para conselheiro, deputada Luiza Maia, sabendo que em seu lugar viria para esta Casa, como de fato veio, o maior ou dos maiores opositores do seu governo. Então, um homem desse é desprovido de qualquer sentimento de perseguição, de raiva, de revanchismo.

Então, esse é um legado muito grande do governador Jaques Wagner, a despeito de alguns opositores quererem dizer o contrário. Infelizmente, a política do nosso País é feita dessa forma, Sr^a Presidente. Esse governador deixará um legado muito grande para toda a Bahia. E, seguramente, acredito que esse projeto vai continuar através do seu secretário que lhe ajudou nesses dois governos e que hoje é

deputado federal, Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr^a Presidenta, deputada Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, taquígrafas que gentilmente anotam todas as nossas palavras, Galerias Deputado Paulo Jackson, hoje, brilhantemente ocupadas por visitantes que estão aqui participando desta nossa sessão, nossa imprensa, hoje temos projetos muito importantes para o debate, para a aprovação, inclusive o Estatuto da Igualdade Racial, pelo qual parabenizo o deputado Bira Corôa, em razão de sua luta constante e dos debates que têm sido feitos nesta Casa.

Queria dizer que também fui presidente da Comissão da Promoção da Igualdade e tive oportunidade de convidar os diversos segmentos para nos reunirmos, fazer o debate e construir emendas. Tenho certeza que, da forma como esse projeto chegou a esta Casa, feito com todas as mãos, do governo e da sociedade civil, dos parlamentares, naturalmente, não teremos nenhuma dúvida de que hoje será votado e aprovado. E ganhará o seu direcionamento para que, nas políticas públicas, em reparação das grandes injustiças sofridas por essa etnia, os remanescentes e descendentes dos povos da África tenham cada vez mais a sua oportunidade e os seus direitos garantidos.

Também queria, deputada Laudano e deputados presentes nesta tarde, protestar de forma vigorosa. Repudiar uma nota que li em um meio de comunicação, acerca de um candidato da Oposição, que vinha de certa fora querer tapar o sol com a peneira e escurecer o trabalho que o nosso governador Jaques Wagner tem desenvolvido no Semiárido. Queria dizer a esse candidato que em épocas passadas – eu que sou lá de Cícero Dantas, de Paripiranga, de Ribeira do Pombal, de Jeremoabo, de Pedro Alexandre – vi o sistema de abastecimento de água de Pedro Alexandre, certa feita, dado como inaugurando, e logo depois da inauguração a água que havia nas caixas acabou, e só depois de 10 ou 15 anos esse sistema veio a ser feito, novamente, agora no governo Jaques Wagner. Não dá para esconder, nem tapar, encobrir o que o nosso sertão, o nosso Semiárido ganhou em obras para o abastecimento de água, tanto para o consumo humano como para a produção.

Nós estamos vendo lá o perímetro irrigado de Tucano, que passou por sérias dificuldades. Em governos passados, foi mostrado na televisão como se fosse uma obra de sucesso, como se os agricultores já estivessem comercializando seus produtos. Mas só quando começou o governo Jaques Wagner, na gestão do nosso secretário da Sedir, Dr. Edmon Lucas, foi concluído esse projeto, e hoje está lá, rendendo frutos, produzindo e gerando renda para as famílias.

Recentemente, estivemos em Ribeira do Amparo, também inaugurando outro projeto que ficou por muito tempo anunciado como construído, concluído. E só agora, no governo Jaques Wagner, foi concluído, e as pessoas estão lá, trabalhando na

irrigação.

Queria falar também do grande programa Águas do Sertão que a partir dos poços perfurados no município de Banzaê leva hoje água até Paripiranga, a minha terra natal. Não apenas numa adutora que passa na cidade, mas passando em toda área rural dos municípios de Cícero Dantas, Adustina e Fátima, até chegar a Paripiranga. Muitas comunidades que nunca pensaram em ter água na cisterna estão abastecidas. E eu digo com orgulho que a minha maior alegria é ter tirado a lata d'água da cabeça das mulheres. Hoje, nosso semiárido celebra os milhões de litros de água acumulados nas cisternas de produção. Não dá para a gente ouvir calado porque o nosso governador Jaques Wagner colocou isso como prioridade e, recentemente, ao lado da presidenta Dilma, celebramos a conquista de 750 mil cisternas construídas no Nordeste. Como sabemos que o semiárido baiano ocupa dois terços do nosso território, portanto 266 mil destas cisternas foram feitas em nosso território, para estocar a água da chuva e garantir o sossego, a grandeza e a riqueza da água, porque assim é considerada em nosso território.

Muito obrigada, Sra. Presidente, mas é sobre este livro que pretendo discorrer no dia de hoje. Teremos muitas obras concluídas e muitas outras em andamento no nosso semiárido baiano.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo restante do tempo do Pequeno Expediente.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa-tarde. (Lê faixa dos visitantes nas Galerias): *“Feirenses que moram na divisa Feira-São Gonçalo sofrem com a omissão do poder público. Queremos nossa cidadania. Jardim Aliança.”* Não sei direito qual a luta de vocês, mas contem com a minha solidariedade, com o meu apoio. Estou conhecendo agora. Qualquer segmento, qualquer grupo social que estiver em luta, se for justa a luta, tem meu apoio. Por isso quero declarar o meu apoio a vocês.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer três registros, até porque tenho só três minutinhos. Primeiro, presidenta, sou solidária à sua fala em relação ao pedágio, não só de Pojuca como de Simões Filho. Estive no domingo em duas manifestações. Em Pojuca é a questão do pagamento de dois ou três pedágios, porque, se os moradores de Pojuca pegarem a CIA-Aeroporto, pagam mais de um pedágio. Essas coisas estão encaminhadas, tivemos uma reunião na Agerba, e a senhora tem acompanhado bem de perto esse procedimento, agora a Agerba está dizendo que falta o prefeito encaminhar o cadastro dessas pessoas. Nós estamos pedindo, inclusive, uma audiência com ele e celeridade nesse processo para tirarmos Pojuca dessa discriminação que não tem cabimento. Simões Filho, Dias D'Ávila,

Camaçari, Mata de São João, todos esses pagam um pedágio para chegar à capital, e não é justo nem é correto o município de Pojuca ser prejudicado dessa forma.

Queria também registrar o meu apoio e aproveitar para parabenizar o deputado Bira Coroa pela chegada a esta Casa - discute-se hoje, mas não sei se será votado - do Estatuto da Igualdade Racial. Acho que num momento em que vemos juízes como o do Rio de Janeiro dizendo que os negros não têm religião, que o candomblé não é uma religião, o Estatuto chega em boa hora. E eu quero dizer ao deputado Bira do meu apoio, da minha solidariedade. Acompanhei também de perto a sua luta para que esse Estatuto fosse aprovado. Quando fui presidente da Câmara de Camaçari, também instituímos o Estado da Igualdade Racial, porque acho que, mesmo a escravidão do povo negro tendo acabado há 126 anos, hoje a gente ainda vê esse tipo de absurdo.

E a Bahia é negra, como a gente sabe, mais de 80% da população é negra e precisa repudiar a fala desse juiz, Dr. Eugênio Rosa de Araújo, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro. A gente sabe que no Rio de Janeiro há a força das religiões de matriz africana e a gente não pode tolerar isso.

Como não há tempo para eu fazer a leitura, quero pedir para dar como lida, a fim de se registrar nos Anais da Casa a nota da querida OAB repudiando a declaração desse juiz carioca sobre o candomblé.

Quero dizer também que domingo, 18 de maio, foi o Dia Nacional de Combate à Exploração e Abuso Sexual de Criança e Adolescente. Fiquei muito triste com a matéria que vi no jornal em que Camaçari e Feira de Santana são os municípios que têm o maior índice desse tipo de abuso, desse tipo de crime, e quero pedir a esta Casa, inclusive, o apoio. Além de participar da campanha “Faça bonito”, precisamos também ver leis municipais e campanhas educativas e punição para esse tipo de crime.

Acho que a questão da exploração, do abuso sexual de crianças e adolescentes é uma questão que não podemos, realmente, tolerar.

Muito obrigada, Srª Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra no Grande Expediente o deputado José de Arimatéia, presidente da Comissão de Saúde da nossa Casa.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Srª Presidenta, Srªs e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, todos que nos assistem através do canal Assembleia, quero aqui, antes de entrar no assunto que está em pauta, me solidarizar com o movimento

do povo de Feira de Santana que mora na divisa de Feira de Santana/São Gonçalo. (Palmas nas galerias.)

Quero dizer que conheço esta causa porque quando fui vereador na cidade de Feira de Santana aconteceram muitas discussões e debates com relação a esse problema que já vem rolando e se alastrando há muitos anos.

Acho que este é o momento oportuno porque esta Casa tem trabalhado para votar projetos aqui em tramitação e assim resolver os problemas existentes, principalmente com relação à divisão de território. E acho que, como disse ao presidente da Comissão de Divisão Territorial, que já sabe também dessa situação, inclusive já falei várias vezes com ele em relação à cidade de Feira de Santana e outros municípios, chegou o momento de ser resolvido.

A cidade de Feira de Santana, as pessoas que moram naquele lugar, como Sérgio Carneiro, como o Matias, eles realmente encontraram dificuldades. Por quê? Nem o Correio sabe, na hora de entregar uma correspondência, se aquela rua pertence à Feira de Santana ou à cidade de São Gonçalo dos Campos. (Manifestação nas galerias.) O atendimento à população nas questões de saúde, transporte, enfim, vários fatores que a população está sendo prejudicada

Então se depender da bancada de Feira de Santana, que tem aqui os deputados Carlos Geilson, Graça Pimenta, este deputado, Targino Machado, esse projeto será aprovado hoje. (Manifestação das galerias.) Pode ter certeza. Nós queremos é que o problema seja resolvido, mas tudo é a discussão. Aqui é uma Casa de debates e não vamos, jamais, aprovar um projeto sem ouvir primeiro a população, aqui a democracia tem que prevalecer.

Mas quero, desde já, dizer para vocês que como deputado, como vereador que fui na cidade de Feira de Santana, acho que vocês precisam, realmente, ter uma definição, tanto a cidade de Feira de Santana, como também a cidade de São Gonçalo dos Campos, com a sensibilidade de seus prefeitos.

Então acho que este é o momento, já que estamos nos aproximando das eleições, é o momento das cobranças e cada cidadão tem o direito de cobrar. Então todo resultado para sair positivo tem que haver a manifestação.

Então, vocês estão aqui de parabéns por estarem aqui mostrando, não só ao deputado Arimatéia, não só à deputada Graça, ao deputado Carlos Geilson, mas aos demais colegas que, realmente, precisam ter também o apoio deles, porque só quatro ou cinco votos não vão resolver. Precisamos do apoio da unanimidade dos Srs. Deputados.

O Sr. Carlos Geilson:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- E, desde já, como teremos hoje matérias que serão aprovadas nesta tarde, nós esperamos, também, que os Srs. Deputados possam

se manifestar de acordo com o que vocês estão reivindicando.

Com o aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado José de Arimatéia, com muito prazer, agradeço a V.Ex^a por ceder esse aparte, mas o que nós temos conhecimento é que a SEI não fez um estudo detalhado da situação, tanto que existem moradores que não foram ouvidos, e esse é um tema muito delicado.

Eu pude ver de perto a situação. Tem rua, deputado Arimatéia, que a inscrição da Coelba é Feira de Santana, da Embasa é São Gonçalo ou vice-versa; tem gente que mora no limite, e que pode ficar, nessa divisão da SEI para Feira de Santana, mas recebe o Bolsa Família em São Gonçalo dos Campos. Então, esse estudo não foi feito da forma criteriosa que nós entendemos, foi muito mais para resolver a situação do Boticário do que para resolver a situação das pessoas que moram no limite Feira-São Gonçalo.

(Palmas.)

Eu entendo que pela Lei do Pertencimento essas pessoas, de fato, estão vinculadas a Feira de Santana, e essas pessoas sempre reivindicaram, deputado Rosemberg, que elas fossem, as suas moradias, incorporadas ao território de Feira de Santana. O que a SEI fez? A SEI, para atender a uma questão da fábrica do Boticário, está tentando negociar uma coisa, a lei da compensação, os limites são uma coisa, quem pertence, no limite, a São Gonçalo, seja São Gonçalo, quem tem vida voltada para Feira de Santana, vive Feira, respira Feira, trabalha em Feira, vota em Feira, esses devem permanecer no território de Feira.

(Palmas.)

Agora, a questão do Boticário, ela deve ser a parte. Então, nós devemos votar o projeto, aí, sim, fazer um projeto minucioso, um estudo detalhado dos limites, Feira-São Gonçalo. A questão do Boticário seria uma outra questão, também. para ser analisada pela SEI.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Eu incorporo o pronunciamento do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Zé Neto:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Com o aparte o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr^a Presidente, deputado José de Arimatéia, quero apenas discordar do deputado Carlos Geilson, porque fica parecendo que quando atende aos interesses de lá do prefeito de Feira presta, quando não atende ao interesse do prefeito de Feira não presta.

O estudo foi feito pela SEI e pelo IBGE, que até onde eu conheço, e conheço

relativamente muito desse assunto, tanto a SEI como o IBGE são idôneos e fizeram os estudos. Os estudos dão conta de uma divisão de limites que observou, e, inclusive, observou as questões cartoriais, técnicas e em campo fizeram as investigações necessárias.

Eu acho que V.Ex^a foi feliz numa coisa, a questão do pertencimento, ela é fundamental para que a gente possa ter, evidentemente, um norte nesse assunto. Nessa situação do Jardim Aliança e do Parque Viver para mim está mais do que claro o pertencimento e a própria proximidade do limite já demonstram claramente que a situação deve ser resolvida a favor dos que aqui estão a reclamar pelos seus direitos. E esse pertencimento está muito tranquilo. Eu já disse isso a Zé Carneiro, já disse a todos os moradores quando lá estive, sou a favor de que se integre esses dois conjuntos ao município de Feira de Santana.

(Palmas.)

Com relação ao Boticário, é claro que tecnicamente, olhando-se o que está na lei, faz parte do município de São Gonçalo. Não se fala em compensação meramente, deputado. O que se fala...

(O Sr. Carlos Geilson fala concomitantemente ao aparteante.)

O Sr. Zé Neto:- Deputado Carlos Geilson, eu ouvi V.Ex^a falar. Estou encerrando, estou completando ainda. Tecnicamente chegou um projeto aqui nesta Casa, acho que temos que equilibrar as ações. Se haveremos de pacificar uma negociação, vamos pacificar.

Se V.Ex^a quer preocupar-se e que se quer trazer para Feira de Santana investimentos e empreendimentos, não faça o que o prefeito está fazendo lá. Aumentou a TLL em 100%, a ITIV em 200%, o IPTU em 2.000%. Aí quer trazer empreendimentos para Feira.

O Sr. Carlos Geilson: - V.Ex^a está fugindo do debate, V.Ex^a não tem argumentos.

O Sr. Zé Neto:- Vamos fazer esse debate de empreendimentos, porque o debate passou a ser o seguinte...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano): - Deputado Carlos Geilson, o aparte é do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- O debate não pode ser se vai ou não atrair o Boticário. Até porque acho, neste momento, que o que foi dito no rádio é de certa forma uma imprudência. O Boticário está 300 metros dentro do município de Feira. Se ele quiser ficar no município de São Gonçalo que fique 300 metros depois. Deputado Paulo Câmara, a discussão é por 300 metros de um empreendimento. Isso é motivo para esse cabo de guerra? E no meio do cabo de guerra há duas comunidades que reclamam legitimamente.

Deputado Carlos Geilson, se V.Ex^a quiser sentar com o prefeito chame ele para cá. Sentaremos aqui com os prefeitos com maturidade e responsabilidade. Deputado Arimatéia, V.Ex^a que teve a iniciativa de fazer esse debate, em sua fala, chame o prefeito. V.Ex^a tem um bom contato com ele. Chame ele aqui para que possamos sentar e colocar os pontos nos “is” e pegar o estudo técnico. Aí, deputado Carlos Geilson, quero dizer a V.Ex^a que pegue o estudo da SEI, o estudo do IBGE e todas as referências oriundas dessa discussão técnica para fazer as suas colocações com critério.

Para mim, o debate deve ser criterioso. Fico à disposição não só como Líder do governo, da Bancada que tem sempre disposição para fazer negociação e harmonizar os interesses na Bahia como um todo. Já temos mais de 88% resolvidos dos problemas de divisão territorial. Acredito muito no bom senso do deputado Elmar, fica aqui o nosso chamamento para termos o equilíbrio necessário para fazer a discussão técnica. Não há problema algum. Estou à disposição, mas de antemão já digo que o pertencimento, por luta histórica, o Jardim Aliança e o Parque Viver são de Feira de Santana. (Palmas)

Muito obrigado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Deputado Zé Neto, incorporo o seu aparte e gostaria de fazer um apelo ao deputado João Bonfim, presidente da Comissão Territorial, para que ele possa realmente acelerar esse processo. Sabemos que nessa discussão há a parte técnica, que tem que ser respeitada, e o consenso dos prefeitos de Feira de Santana e de São Gonçalo dos Campos. Até porque, deputado Carlos Geilson, aquela região faz parte da Região Metropolitana. Porque o entrave todo é aquela história, estão com medo de perder o ICMS da empresa Boticário. Essa é a maior questão. E não vai perder, porque será beneficiada a cidade de Feira de Santana ou de São Gonçalo dos Campos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Seja breve, deputado, porque quero entrar no meu discurso.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado José de Arimatéia, o deputado Carlos Geilson citou o meu nome. Sou da Comissão de Divisão Territorial, os estudos foram feitos. Nesses estudos apresentados já incorporam o Jardim Aliança e o Parque Viver. Porque foi feito um estudo preliminar e, neste estudo, incorporava toda a área do Tomba, que já está na área de São Gonçalo dos Campos. Fizemos uma reunião com o prefeito de São Gonçalo dos Campos que concorda e reconhece que o Jardim Aliança e o Parque Viver poderão ser incluídos em Feira de Santana desde que haja a concordância de Feira de Santana e que regularize, também, aquela parte de menos de um quilômetro que incorpora a área do Boticário. Ou seja, hoje, não depende da SEI

nem do prefeito de São Gonçalo dos Campos, depende do prefeito de Feira de Santana. Liguei para o prefeito de Feira de Santana, falei ao telefone e ele me disse que os secretários estudariam essa questão. E que, assim que tivessem terminado o estudo, passaria para que pudéssemos pactuar. Se tiver acordo nesse sentido por parte do prefeito de Feira de Santana, votaremos na próxima terça-feira e essa questão fica resolvida.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Muito obrigado, deputado Rosemberg Pinto, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Sr^a Presidenta, ontem, estive com o secretário Washington Couto, secretário de Saúde do Estado, juntamente com a Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Alagoinhas, os vereadores Djalma Bispo dos Santos, José Cleto dos Santos, Luciano Sérgio de Jesus, Roberto Torres e Raimundo Santos, conhecido na região como Mutuca.

Esse encontro foi agendado por mim. Chamamos a atenção para as dificuldades do Hospital Dantas Bião, inclusive falamos na hora com o próprio secretário, que já conhecia o problema do hospital. A administração do hospital é do Monte Tabor, que estava falando para todo mundo, para as pessoas daquela cidade que a Secretaria da Saúde do Estado, estava devendo três meses. Isso era o que eles diziam lá.

Só que, ontem, essa história caiu por terra, porque o secretário, Dr. Washington Couto, informou que essa instituição está recebendo antes de terminar o mês. Ou seja, o mês de maio, que ainda não terminou, o Estado já pagou. São R\$2 milhões 432 mil que recebem todo mês. A população de Alagoinhas não pode mais viver sofrendo com as dificuldades que estão enfrentando. Estão dizendo que o hospital mudou, a forma de atendimento, os procedimentos cirúrgicos, enfim, alegando que tudo mudou por falta de pagamento. O que não é verdade.

Então, ontem, os vereadores levaram para a Câmara, e com certeza, hoje, mostrarão para a imprensa que o Estado não deve nada. Essa instituição precisa, realmente, cumprir o que está no contrato e atender a população. Porque, segundo as informações que temos, nos dois primeiros anos em que essa instituição assumiu a administração do hospital estava funcionando plenamente bem e, depois, a coisa começou a ficar difícil. E a alegação era essa questão do não pagamento, o que não é verdade. Ontem foi provado e, por isso, os vereadores saíram alegres. Deixaram outras reivindicações para o secretário. E temos a certeza de que Washington Couto, que assumiu a cadeira de secretário dando continuidade ao trabalho do Dr. Jorge Solla, que fez um bom trabalho, para melhor atendimento àquela população. Então, não poderia deixar de registrar esse acontecimento.

Outra coisa, Sr^a Presidente, hoje, pela manhã, nesta Casa, foi dado o início da

programação de doação de sangue, até o dia 23. Sabemos que o Hemoba vem fazendo esse trabalho há muitos anos na Bahia. O Hemoba veio a esta Casa, é uma instituição séria, tem feito um bom trabalho, mantém o estoque de sangue para salvar vidas, e foi instalado hoje pela manhã, inclusive teve a participação juntamente com o secretário de Saúde do Estado, Washington Couto.

Queremos aqui agradecer ao presidente desta Casa Marcelo Nilo que cedeu o local, e também atendeu as reivindicações. E a Comissão de Saúde fez o pedido para que o hemóvel também viesse para cá, além de o Hemoba estar aqui em algumas salas, também o hemóvel veio e vários jovens puderam participar pela manhã da doação de sangue. Estavam presentes alguns deputados, como as deputadas Fátima Nunes, Ângela Sousa, o deputado Zé Raimundo, outros deputados que passaram na hora da abertura. E fazemos aqui uma convocação aos assessores do nosso gabinete como também os funcionários desta Casa podem ajudar, fazendo a sua doação.

Queremos agradecer, a pedido da Comissão de Saúde, a presença da Força Jovem Universal que esteve presente. Vieram 50 jovens pela manhã para fazer doação e foram coletadas 50 bolsas de sangue, só da Força Jovem, que é parceira do Hemoba. A Igreja Universal do Reino de Deus sempre participa. O hemóvel tem participado de campanhas na própria instituição, ali em frente ao Iguatemi. Hoje, eles vieram aqui trazer a sua contribuição e solidariedade, e também mostrar a importância que o sangue tem na vida da pessoa, porque sangue é vida.

Quero agradecer a presença do secretário de Saúde Washington Couto, quero também parabenizar a organização do evento, a Comissão de Saúde também que organizou juntamente com esta Casa, e também a secretaria de Saúde do Estado; quero também dizer que o motivo de nós participarmos como Comissão de Saúde desse evento é para que o Estado da Bahia possa realmente crescer em termos de doação de sangue. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a estimativa para manter um nível de estoque satisfatório, é necessário que pelo menos 3% da população doe sangue. O que temos observado é que pessoas que doam sangue efetivamente, o Estado da Bahia só tem 1% de doadores efetivos, a maioria dos doadores são aquelas pessoas que querem ajudar a família, isso tem predominado, e também aqueles que fazem a doação para ajudar amigos.

Então, essas pessoas têm que estar conscientes de que a doação de sangue como a doação de órgãos são importantes, porque quando a pessoa morre esse corpo aqui vira pó, mas alguns órgãos podem ser usados para dar mais vida às pessoas que estão esperando numa fila de transplante, na fila de doação, muitas vezes até de sangue, para fazer uma cirurgia.

Então, sairá uma caminhada desta Casa amanhã, à qual meus assessores estarão presentes, e fará mutirão por outras secretarias, convocando as pessoas a virem doar

sangue até sexta-feira, sendo solidários a essa campanha, que é muito importante. Até porque estamos a menos de 15 dias para o maior evento, não só do Brasil, mas do mundo, que é a Copa do Mundo.

Sr^a Presidente, quero agradecer e dizer que mais uma vez a Comissão de Saúde desta Casa cumpriu o seu papel de ser solidária às causas da saúde e da vida.

Que Deus os abençoe.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, falará, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Paulo Câmara.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobres colegas, boa-tarde ilustre amiga e presidente, nobre xará Paulo Azi, falarei, hoje, especificamente, sobre a atitude do governo Wagner em relação ao que chamo de visão da humanização na forma de fazer política.

Entendemos nós, que militamos na política há algum tempo, que este governo se centrou, deputado Paulo Azi, em dois focos: nas obras de combate à seca, especificamente onde está a grande maioria da Bahia, englobando, salvo engano, 256 municípios, nobre presidente. O outro foco foi a forma de fazer política de maneira humanizada.

Fui à Caraíbas, onde havia um programa de rastreamento do Câncer de Mama, programado para atender 900 mulheres do Semiárido, e o governador estava presente. Em outro município, houve outro projeto que realizou 150 mil cirurgias de catarata.

Então, a minha visão, deputado Paulo Azi, é que temos que comparar períodos de governo, comparar a forma de agir deste novo momento – eu chamaria de paradigma – de fazer política para o futuro, porque é recente neste País essa visão de democratização plena, e que ela possa ser mantida de forma que consolidemos a política de Jaques Wagner na sua forma de fazer.

Quero lembrar aos senhores um outro grande governante deste País que foi Fernando Henrique Cardoso, que implantou, do ponto de vista teórico, as agências reguladoras. Quais eram as funções das agências? Vamos excepcionar a Anvisa, a Anatel, que toma conta da telefonia, a que toma conta da água, a que toma conta da

luz. Todas essas agências deveriam – ao pé da letra, um modelo europeu – controlar os excessos e serem, na prática, de defesa do consumidor. E elas se transformaram em ninhos de empresários. Isso já se montando um processo histórico, que não foi corrigido, também, *a posteriori*. Algumas correções têm sido feitas, mas a intenção básica desse modelo, lá atrás, não serviu para o modelo de administração brasileiro. Montamos novos feudos de acumulação e de poder das grandes empresas mundiais.

No caso da Bahia, em específico, temos algumas poucas agências. Diria que sem grandes influências, até pela própria tipologia da visão do Estado e desta República. As agências estaduais não têm musculatura para acompanhar o modelo federal. Diria que são insignificantes.

Voltando ao que eu colocava, esse nosso modelo, que Wagner fez, na forma de fazer política, de discutir e de atender adversários precisa ser consolidado. Ao lado desta visão – vamos dizer, imaterial –, temos os períodos de realização ao longo desses 8 anos. Ao longo de cada Orçamento que foi feito, ao longo dos PPAs que foram realizados e podem ser confrontados. Mas, antes de tudo, essa visão é colocada assim: o que é que foi feito no governo João Durval, por exemplo, que diz que furou mil poços? E o outro governo furou quanto?

Lembro-me, amigos, que o Sul da Bahia era a região mais eletrificada do Estado. É claro que estou falando de contrassenso, mas era a região mais eletrificada.

O programa que veio do governo federal, já há alguns anos – seguramente, há três governos estaduais – foi implantado e teve força suficiente para, hoje, termos mais de 500 mil famílias com energia elétrica no Estado da Bahia, especificamente no Semiárido – inclusive, dezenas de casas, onde foram instaladas placas individuais, utilizando energia solar – para que o nosso produtor rural pudesse ter energia, independentemente da sua condição socioeconômica.

Essas diferenças na forma de governar é que implantaram este governo que está aí. Essa diferença na forma de governar é que coloca a necessidade dos projetos precisarem ser de longa duração neste País. Por exemplo, quando discutimos a questão da macroeconomia deste País, hoje, temos configurado – nos nossos modelos de análises – que há, praticamente, 16 anos, ou mais, foi implantado o modelo da nossa macroeconomia na questão do câmbio. Isso ultrapassa ideologias, ultrapassa as posições de esquerda, direita e centro. Não, nós pensamos enquanto País.

Agora, os projetos, de forma mais objetiva, como o nosso, que temos uma herança muito forte na forma de governar, precisam ser consolidados, no nosso caso, com apenas 8 anos de governo. É necessário que toda essa formação, todo esse acúmulo de diálogo que foi implantado...

A nossa Lei de Responsabilidade Fiscal precisa ser respeitada. A Lei da Ficha Limpa começará neste País, deputado Marcelino, a limpar o nascimento dos políticos brasileiros, que começam como vereadores e vão a prefeitos, e daí sobem

gradativamente. Esse pessoal que tem comprometimento... Ou melhor, a aplicação dessa lei começará a dizer que a nossa política começa a limpar o seu nome para ter homens que precisam vir para cá não apenas para falarmos que a política brasileira só tem homens com comprometimentos adversos. Não, não é somente isso.

Precisamos, agora, passar a cuidar da nossa Justiça, que é o foco dos grandes problemas nacionais por causa da falta de visão de que somos todos beneficiados pela imunidade dos nossos códigos punitivos.

Hoje, independente do erro do juiz do Paraná, 12 soltos. Saíram os dois deputados, saíram os doleiros e outros maiores e menores, todos porque houve um erro de processo. É claro que temos de respeitar a legalidade em si, mas temos de aprender, também, nobre presidente, a respeitar o sentimento do público. O Supremo Tribunal Federal é um órgão também político, e isso começa com as suas indicações, que são de ordem política, todos indicados pelo Poder Executivo; uns pela OAB, mas todos com visão política.

É preciso respeitar o sentimento da coletividade, esse sentimento de impunidade que campeia a cabeça do nosso povo de que a Justiça não age, que a impunidade permeia e nós apenas olhamos para nós, políticos, e os culpamos de tudo. Não, é necessário o entendimento de que o caminho da Nação é, acima e antes de tudo, pautado pela Justiça. Se essa Justiça vacila, se essa Justiça não tem entendimento do que significa a lei para o povo, na sua simplicidade, acontece o tipo de repercussão que aconteceu hoje, quando vim para cá de táxi, conversando com o motorista.

O que adianta? E esse sentimento, como é capitalizado? E este medo que começa a assolar o povo?

Essas grandes indagações, nobre presidente, que começam a assolar o povo, são as indagações com as quais temos de nos preocupar, nos recuperar e pensar no que o povo pensa sobre todos nós.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.)

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, pelo tempo de até 11 minutos falará o deputado Bira Corôa.

O Sra. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Bira

Corôa pelo tempo de 11 minutos.

Parabéns, deputado, pelo seu esforço nesse projeto que será aprovado hoje, com certeza. Bem merecido porque o nosso povo merece ser igual a todos nós.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, nobre deputada Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, comunidades, visitantes, senhoras e senhores que aqui representam a força da luta de uma resistência histórica, mas que afirma a nossa identidade como baianos, como afrodescendentes, como brasileiros, mas, acima de tudo, que honra e glorifica, acima de tudo, a nossa origem, a nossa identidade a partir do continente africano.

Como negro, é com muita satisfação que faço uso deste tempo, Sra. Presidente, primeiro para parabenizar o movimento popular organizado do nosso Estado e do Brasil e também todos os segmentos. Vou me limitar, Sr^a Presidente, a não citar segmentos, para não ser injusto com um ou outro. Quero dizer a todos os movimentos aqui presentes e aos que não estão presentes que essa luta, datada de quatro séculos no nosso País e na nossa Constituição, pela afirmação, pela identidade, pelo respeito e pelo direito igualitário de, como cidadão brasileiro, participar em iguais condições e ter o respeito e a posição de governo e para ter políticas não de governos, mas políticas de Estado para que, independente da gestão, da cor partidária ou do grupo político que conduz ou que esteja conduzindo o nosso Estado, sejamos respeitados e tenhamos o direito de participação igualitária...

Por isso, Sr^a Presidente, é que, hoje, esta Casa estará dando à Bahia e ao Brasil uma prova de reconhecimento e um ato de correção ao povo negro do nosso Estado e ao povo negro Brasileiro. O Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à intolerância, deputado Marcelino Galo, que está em debate nesta Casa e na pauta para aprovação no dia de hoje, é, sem dúvida alguma, um instrumento extremamente importante para consolidarmos na Bahia as ações de construção da sociedade que tanto lutamos e acreditamos.

É graças, Sr^a Presidente, à força, à disposição e à luta dos movimentos sociais do nosso Estado, e aos homens e mulheres, independente da idade, que, por meio da militância, doaram sangue, lágrimas e a própria vida e acreditaram que é possível ter uma sociedade onde as diferenças, sejam elas raciais, étnicas, de gênero, de orientação sexual ou de orientação religiosa, não sejam instrumentos para determinar dominantes e dominados, não sejam elementos utilizados para excluir ou incluir, mas, sim, para fortalecer.

Hoje, o povo brasileiro, a partir da Bahia, representa a maior diversidade sócio-econômica e política implementada pelas diferenças e, acima de tudo, ostentada pela nossa variação étnica e que, consequentemente, nos permite fazer o debate em igual condição.

No Brasil, onde avanços significativos foram conquistados pela luta e pela confiança de governo, a exemplo das cotas que têm permitido que garotos e garotas possam adentrar, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, nas universidades públicas deste país pela porta da frente e não como “zebra”, como era dito quando um negrinho ou uma negrinha ingressavam na universidade, especialmente no curso de medicina... Consequentemente, as ações de afirmação e de direitos constitucionais de propriedades, como por exemplo nas ações de títulos de terra que têm sido implementadas para as comunidades tradicionais, especialmente para as comunidades quilombolas, são, sem dúvida nenhuma, conquistas de um processo de luta, mas muitas dessas conquistas, Sr^a Presidente, não persistem, exatamente, porque não se tem um regulador.

Esse estatuto, hoje, é nada mais, nada menos do que um instrumento de regulação, é um instrumento que vai permitir balizar as ações de Estado, e não de governo, a partir daqui. Sei, Sr^a Presidente, que esse instrumento ainda não é o dos nossos sonhos; sei que esse instrumento não corrige os 400 anos de abandono, de descaso e de desrespeito que foi implementado sobre nós, povo negro deste Estado e deste País, mas reconhecemos que é um avanço significativo.

Graças à capacidade de organização do movimento, graças a um compromisso do governo atual, e aí quero aproveitar para respaldar o papel e a importância da Secretaria da Promoção da Igualdade do nosso Estado que apresenta e encaminha para esta Casa uma matéria que nos permite comemorar avanços significativos na perspectiva de construir a sociedade que acreditamos, e de aprimorar esse documento para que, de fato, seja o documento referencial dos nossos interesses.

Sr^a Presidente, Srs. Deputados, é com muita satisfação que quero posicionar-me no dia de hoje. Primeiro, agradecendo a todas as Bancadas desta Casa, em especial à Bancada da Oposição, que com muita compreensão, com muita valorização pelo processo de luta e com muito respeito está dispensando as formalidades para que essa matéria possa ser aprovada hoje, com uma conquista singular: a unanimidade dos votos dos pares desta Casa. Isso, para nós, é uma grande conquista; isso representa a força do movimento social organizado em nosso Estado; isso representa o reconhecimento deste Poder egresso, deste poder constituído e dos pares desta Casa; isso representa a história de vida e de luta de todo o povo baiano.

Sr^a Presidente, Srs. Deputados, neste exato momento quero agradecer à Bancada governista, à Bancada da Situação, que, com muitos embates, com diferenças evidentes de interesses, teve a compreensão de sentar, discutir, acatar e permitir que esse estatuto possa ser votado hoje com a unanimidade dos votos.

Quero agradecer, em especial, à Bancada Evangélica desta Casa, Sr^a Presidente, porque teve uma compreensão muito estratégica e importante. Fez

questionamentos no momento necessário, abriu discussão, mas teve a compreensão de que era importante aprovar esse estatuto, garantindo e respeitando o combate à intolerância religiosa como um dos instrumentos prioritários para se combater a discriminação racial em nosso País e em nosso Estado.

Sr^a Presidente, sei que esse instrumento não atende a 100% dos nossos interesses, mas é, sem dúvida alguma, um avanço significativo em relação ao instrumento nacional. Sei que ele depende mais ainda da nossa capacidade de organização e dos segmentos sociais organizados deste Estado.

E, por fim, Sr^a Presidente, ainda no que tange a essa matéria, quero agradecer aos deputados Gaban e Elmar Nascimento, que representam a Bancada da Oposição; Zé Neto, que representa a Bancada da Situação; a deputada Kelly Magalhães, que representa a Bancada do PCdoB; e a todas as bancadas partidárias constituídas nesta Casa pelo esforço, pela cumplicidade em aprovar essa matéria.

Para não ser injusto, Sr^a Presidente, quero encerrar dizendo da satisfação que tenho de poder neste Parlamento, depois de quase 8 anos, desarquivar essa matéria. A mesma foi dada entrada nesta Casa pelo então deputado Valmir Assunção e encontrava-se arquivada.

Tivemos a disposição de desarquivar essa matéria, e acompanhá-la passo a passo; idas e vindas; avanços e recuos, mas tendo, em todos os momentos, o apoio dos segmentos sociais organizados. Em todos os momentos, a sociedade civil organizada, através dos movimentos populares, deu o esteio de sustentação necessário para que essa matéria não voltasse para o arquivo.

Arquivada por compromisso; arquivada por um acordo, mas devolvida e encaminhada na forma de indicação ao governo do Estado para que ela fosse de autoria do Poder Executivo, para, exatamente, garantir os direitos constitucionais e os avanços que todos nós celebramos e comemoramos.

Por isso, Sr^a Presidente, coloco-me, neste exato espaço, agradecendo pela condução, mas, humildemente, solicitando a todos os pares desta Casa que votem essa matéria, que aprovem essa lei, e que digam da Bahia para o Brasil que a Assembleia Legislativa da Bahia contribui para a consolidação e construção de uma Bahia cada vez mais justa, cada vez mais igualitária.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Não há orador a indicar.

Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr Marcelino Galo:- Presidente, pelo tempo de 11 minutos falará a nobre deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra a nobre deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr. FÁTIMA NUNES:- Obrigada, presidente, deputada Maria Luiza Laudano. Sr^{as} e Srs. Deputados, nossos visitantes das galerias, cada qual carregando a sua bandeira. Os de Feira de Santana com relação aos limites territoriais; a nossa brilhante etnia negra, brigando pelos seus direitos, por esse estatuto que hoje certamente será votado. O projeto será aprovado e o deputado Bira Corôa vai sair daqui de peito empinado de alegria. Sabemos que todas as conquistas são naturalmente fruto de toda mobilização social, todas as parcerias, de todos os bons entendimentos, porque esta Pátria Amada Brasil merece, urgentemente, principalmente a nossa Bahia, fazer concretamente muitas reparações. Com os índios, com os negros, com as mulheres, com os jovens, com toda população que por muito tempo viveu tamanhas desigualdades sociais. Viveu tamanhas injustiças e profundas corrupções, porque chegaram aqui nesta Terra Brasil, disseram que era deles, colocaram um marco, e nunca teve Juiz, nem promotor, nem Supremo Tribunal para corrigir e colocar alguns desses na cadeia, como fizeram recentemente com companheiros nossos de luta.

Então, temos que olhar essa história com as contradições que ela sempre teve, que o nosso povo sempre viveu e sempre celebrar e homenagear os corajosos e corajosas que com muita determinação foram contribuindo as transformações. Acreditando, sempre, que é possível fazer deste País um País descente; onde os homens e as mulheres possam ter o direito a viver bem e de ser felizes. É com essa esperança e com esta certeza que muitos de nós estamos nas ruas, todos os dias, nas escolas, no comércio, nos sindicatos, nas diversas oportunidades de diálogo com o nosso povo, dizendo que é preciso, em qualquer tempo e em qualquer governo, que a sociedade civil esteja ativa, participativa, construindo propostas. E elegendo para a Assembléia Legislativa, para o Congresso Nacional, para a Presidência da República e para o Governo do Estado da Bahia homens e mulheres que carreguem em seu sentimento essa vontade e esse desejo de fortalecimento da democracia e de criação, cada vez mais, de oportunidades para as pessoas viverem com dignidade.

Quero registrar aqui hoje, pela segunda vez, a alegria de ver estampada nas páginas dos jornais, até daqueles jornais que não concordam com a política da presidenta Dilma, que muitas vezes maltrata e persegue companheiros do Partido dos Trabalhadores, mas são obrigados a publicar e, de certa forma, engolir as conquistas

que o nosso povo vem alcançando. Uma delas é a conquista da oportunidade do conhecimento, porque o presidente Lula, valoroso nordestino, criou no seu governo o Bolsa Família como uma oportunidade de garantir o pão. Mas não se esqueceu de que não só de pão vive o homem, e por isso criou também a grande oportunidade do conhecimento.

Por isso, a nossa alegria, já que esta Bahia viveu por 200 anos com uma única universidade federal pública, concentrada aqui na capital. Só tinha oportunidade de vir aqui estudar quem tivesse o dinheiro para bancar a sua hospedagem e a sua residência, ou quem fosse muito puxa-saco de político, no interior. Hoje, são cinco novas universidades espalhadas pela Bahia, e nós, do Nordeste baiano, afirmamos em alto e bom som que queremos a Universidade Federal do Nordeste da Bahia.

Quero também dizer que este Nordeste que quer mais, neste momento, pode já se alegrar com a oportunidade do curso de Medicina. Estudar e se formar em doutor, em épocas passadas, era coisa quase impensável para a minha geração. Tive que largar a minha terra natal, Parapiranga, e viver na cidade de Alagoinhas num colégio de internato – e agradeço sempre àquelas irmãs do Santíssimo Sacramento, colégio para alguns que podiam pagar a sua hospedagem, e pagavam. Quanto a mim, que não tinha o dinheiro para pagar – ali na terra do deputado Joseildo Ramos, Alagoinhas –, estudava e pagava com o trabalho do dia a dia: de varrer as salas, de lavar os banheiros, de cuidar das fardas das meninas que podiam pagar. Mas isto tudo para mim sempre foi motivo de orgulho, sempre foi uma forma de pensar que o nosso Brasil, que era tão rico, que tinha grandes oportunidades, podia chegar para mais pessoas.

Hoje, tenho a felicidade de meus filhos terem concluído a universidade. Mas tenho as minhas vizinhas, os meus amigos de Ribeira do Pombal, de Cícero Dantas, de Cipó, de Nova Soure... Quantos deles hoje estão aqui espalhados em Salvador, estudando com o curso pago pelo governo federal, através do Prouni. Um milhão e duzentos mil jovens, hoje, têm oportunidade de estar nas universidades, estudando. Esta é a alegria da conquista de novas oportunidades para aqueles que estão lá em Barreiras, em Juazeiro e mais recentemente para os que estão em Paulo Afonso.

Tudo isso sem falar da Uneb, que é da rede estadual, a Universidade do Estado da Bahia, que também nestes anos de governo do governador Jaques Wagner se ampliou muito no nosso Semiárido. E digo também da minha alegria de lá em Euclides da Cunha estar sendo concretizado o curso de Agronomia. Tanto que nós precisamos de agrônomos para o trabalho da agricultura, e sabemos o quanto serão úteis esses jovens que se ocupam, se preparam, estudam nessa universidade com o olhar já voltado para o Semiárido.

Como me falta pouco tempo, quero dizer também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da minha alegria, aqui, hoje pela manhã, mais uma vez – porque já fiz disto um compromisso de trabalho político, um compromisso de trabalho parlamentar: todas as terças-feiras participo do comitê que se reúne na Casa Civil, o Comitê de Convivência no Semiárido.

Até um mês atrás, era coordenado pelo nosso candidato Rui Costa, que assumiu o seu posto de deputado federal, mas que antes era o secretário da Casa Civil. E que, brilhantemente, no momento da crise da seca, chamou os prefeitos, os secretários, as diversas secretarias e, de modo muito especial, a da Agricultura, os órgãos afins, como a CERB, a Embasa, os prefeitos, para constituírem este Comitê de Convivência com o Semiárido. Mas não apenas para pensar e realizar ações emergenciais para amenizar o sofrimento daqueles que estavam nos mais distantes locais do nosso Semiárido, vivendo esse grande período de estiagem, essa seca, que foi uma das maiores dos últimos anos, mas, exatamente, nesse comitê, pensar políticas de convivência com o Semiárido, de convivência e desenvolvimento, porque, às vezes, falamos na convivência e fica parecendo que quem está pobrezinho, trabalhando com o ancinho, deve se aguentar lá com o carro-pipa, que já está bom. Não é isso. Nós, que moramos no Semiárido, precisamos cada vez mais elevar a nossa renda, nosso conhecimento, a nossa participação cidadã no Estado da Bahia, e é nesse pensamento que este comitê foi constituído e vem a cada dia trabalhando.

Hoje, recebi com satisfação a notícia de que o nosso governador vai publicar no *Diário Oficial* um grupo de trabalho que vai preparar um plano de convivência e desenvolvimento para o Semiárido. Esse plano virá para esta Casa para ser votado e se tornar lei, para ser uma política de Estado, e não apenas uma política de governo.

Com isso, quero rebater mais uma vez as palavras de quem teve a oportunidade de fazer, porque passou 40 anos no governo, e não fez, e hoje quer esconder e colocar debaixo de uma pedra essas obras, serviços e realizações do nosso governador Wagner, que vem melhorando todo o Estado da Bahia. Hoje, a nossa terra do Nordeste não é mais terra de retirante, e sim terra onde homens e mulheres podem viver com dignidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o deputado Joseildo Ramos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, líder da região de Alagoinhas.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, aqueles que nos visitam nas Galerias, imprensa, trago aqui duas questões que considero importantes, duas discussões profundas, objetivas, e esta Casa não pode deixar que essas discussões passem ao largo do sentimento do conjunto dos deputados da Bahia.

A primeira questão envolve a criação e a implantação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia. Essa luta tem uma história que remonta há uns 2, 3 anos, quando 4 territórios de identidade tratavam isoladamente do interesse, do pleito de

uma demanda legítima acerca da criação da Universidade Federal do Semiárido , congregando os territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe, visando naquela vasta região, sofrida região, a implantação de uma instituição federal de nível superior.

Um dos principais argumentos que balizavam essa movimentação dos dois territórios era a presença de um bioma riquíssimo e ainda não suficientemente estudado, que é a caatinga. E hoje é possível que não tenhamos mais, de cobertura vegetal original, nem 50% da área que possa ser caracterizada como área de caatinga. E nós, baianos, sertanejos, os que sobrevivem naquela parte do semiárido ainda não têm consciência das potencialidades, da limitação, dos meios de produção daquele ambiente que pode fazer com que a convivência com o semiárido seja a palavra de ordem, a partir de estudos científicos, da sistematização dos conhecimentos que estão na oralidade dos nossos ancestrais. Conhecimentos que ao longo do tempo têm se perdido, sem que o Estado da Bahia pudesse ter a oportunidade de ter uma instituição federal que cuidasse não só desse aspecto, mas também de outras riquezas, de outras possibilidades e oportunidades de convivência e boa convivência, a partir daquilo que objetivamente no semiárido poderá ser considerado algo que lhe dê um nível de competitividade superior a outras regiões.

Então,¹ essa luta lá de trás, separada, exatamente em um momento, nos últimos 10, 12 anos em que o nosso Estado logra a condição de incorporar cinco novas universidades federais, depois de passar mais de 65 anos tão somente com uma universidade que nos orgulha, a Universidade Federal da Bahia. Agora, depois do advento do governo Lula, um homem que não alisou o banco das nossas universidades, embora seja doutor *honoris causa* em mais de uma dezena de universidades mundo afora, ele teve a sensibilidade de em apenas oito anos implantar quatro novas universidades em nosso Estado.

Agora a nossa presidente, a primeira mulher a governar este País, promove uma série de mudanças, inclusive, no sentimento que se tem em relação às mulheres, algo ímpar na América do Sul, em se tratando da história brasileira, mais outra universidade federal. Isso faz com que avancemos, o Estado que mais avançou na implantação de novas universidades. Mas quando comparado com o vizinho, o estado de Minas Gerais, observamos que a Bahia foi preterida, que os governos passados não observaram essa necessidade tamanha, crucial, objetivamente necessária para colocar a Bahia em um patamar de competitividade que os outros estados, principalmente do sul e do sudeste têm. Felizmente com o governo Lula e com governo Dilma, temos hoje seis novas universidades.

Voltando ao início da nossa fala, também foi inaugurado anos atrás o interesse no semiárido Nordeste II, outro território de identidade, mas também no litoral norte, agreste baiano, o interesse na criação da Universidade Federal do Litoral Norte e também a criação de outra universidade, por sua vez no semiárido Nordeste II, com a representação de vários deputados, inclusive da deputada Fátima Nunes, que me

antecedeu nesta tribuna, para criar a Universidade Federal do Nordeste da Bahia.

Eram lutas que isoladamente, certamente, não teriam êxito. Tivemos a oportunidade de compartilhar de maneira solidária esses pleitos legítimos dos quatro territórios de identidade, congregando os interesses, fazendo convergir pela luta em prol da implantação da universidade federal do Nordeste da Bahia, conjugando todos os esforços de tantas lideranças, fazendo com que a representação de 74 municípios, mais de dois milhões de baianos, tivesse agora a grande oportunidade, a partir do interesse do próprio governador do Estado da Bahia, o Jaques Wagner, que encampou essa luta, do senador Walter Pinheiro, que é outro que encampou essa luta, da nossa presidente que está ali observando exatamente essas provocações que estão fazendo no momento aqui da tribuna, ela devota total apoio a essa causa e será uma das que vão, de maneira talvez unânime, assinar uma indicação desta Casa, suprapartidária, para pedir à Presidência da República que implante a universidade federal do Nordeste da Bahia.

É uma luta de reparação, é uma questão de justiça. Estou falando do maior vazio territorial sem a presença de uma instituição de nível superior, uma instituição federal, exatamente interiorizando as oportunidades para a nossa juventude. A juventude sertaneja, a juventude que tem firmeza, bons propósitos, mas não veem passar na sua frente as oportunidades que foram negadas durante século e agora, repito mais uma vez, após o advento do governo de Luís Inácio Lula da Silva e agora com a nossa presidente Dilma Rousseff, temos a oportunidade concreta. Por que concreta? Porque só existem três maneiras de se criar uma universidade. Uma é quando surge um novo Estado na Federação. Pela estrutura do Estado brasileiro como um todo, faz-se necessário e obrigatório que se crie uma nova universidade federal.

A segunda, é quando um projeto é originado do Poder Executivo, podendo ser do Ministério da Educação ou da própria Presidência da República. E uma outra maneira de se criar uma universidade, a última, que devemos abraçar com todo zelo, que é a manifestação livre, soberana das comunidades, dos movimentos sociais, da população, desse quadrante esquecido da nossa querida Bahia. Portanto, é uma luta de justiça; é um encaminhamento de uma medida de reparação a criação da universidade federal do Nordeste da Bahia.

Tivemos uma audiência pública das mais concorridas na última sexta-feira quando centenas de lideranças, a juventude, vários prefeitos, vice-prefeitos, vários deputados que compartilharam com esse mesmo encaminhamento, tiveram a oportunidade de discutir, de maneira mais aprofundada, a possibilidade de criação da universidade federal do Recôncavo.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Concedo um aparte ao meu companheiro Bira

Corôa para que ajude a trazer luzes nesta discussão.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputado Joseildo Ramos, agradeço pelo aparte, mas, primeiro, quero parabenizá-lo, não apenas pelo discurso desta tarde em defesa da universidade federal do Nordeste baiano, mas pela luta que o senhor vem travando com outros deputados e deputadas desta Casa para afirmar nessa microrregião do Estado o desenvolvimento e o reconhecimento pela consolidação do crescimento a partir da educação.

A Bahia que ao longo de muitos anos amargou um atraso na implantação do ensino superior federal, que a partir de Lula e com Dilma chega a cinco universidades, mas não atende às necessidades pela disposição física e geográfica do nosso Estado e por tendência socioeconômica e cultural.

Então, essa universidade é um dos grandes instrumentos que poderá corrigir defasagens do processo antigo e reafirmar o desenvolvimento e a oportunidade para garotos e garotas da nossa região e, conseqüentemente, para a formação do crescimento socioeconômico e político do nosso Estado.

Parabéns, nobre deputado Joseildo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço, acolho e peço a incorporação do aparte.

Srª Presidente, conceda-me mais um tempo, apenas para finalizar, no sentido de concluir a estrutura da minha fala, pedindo aos deputados da Situação e da Oposição que, de maneira congregada, assinemos essa indicação que apresentaremos em tempo para que esta Casa se posicione perante uma causa de tamanha grandeza.

Muito obrigado pela tolerância de V.Exª.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.
(Pausa)

Não havendo orador...

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Srª Presidente.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre Presidente, solicito a V.Exª que seja feita uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Exª será atendido.

Srs. Deputados e Deputadas, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, portanto, como só estão no Plenário 18 Srs. Deputados, não há número suficiente para continuarmos. Antes, porém, informo que há uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta.

Declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*